



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número — Kz: 210,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — E.P., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: «Imprensa»	ASSINATURAS	O preço de cada linha publicada nos <i>Diários da República</i> 1.ª e 2.ª séries é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — E. P.
	Ano	
	As três séries ... .. Kz: 400 275,00	
	A 1.ª série ... .. Kz: 236 250,00	
	A 2.ª série ... .. Kz: 123 500,00	
	A 3.ª série ... .. Kz: 95 700,00	

## SUMÁRIO

### Conselho de Ministros

**Decreto n.º 15/06:**

Aprova o reajustamento do vencimento-base mensal dos titulares de cargos políticos. — Revoga o Decreto n.º 16/05, de 27 de Maio.

**Decreto n.º 16/06:**

Aprova o reajustamento dos vencimentos de base dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente decreto.

**Decreto n.º 17/06:**

Aprova o reajustamento dos vencimentos de base dos docentes universitários. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente decreto.

**Decreto n.º 18/06:**

Aprova o reajustamento dos vencimentos de base dos funcionários da carreira diplomática do Ministério das Relações Exteriores. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente decreto.

**Decreto n.º 19/06:**

Reajusta os vencimentos de base dos membros do Conselho Nacional da Comunicação Social. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente decreto.

**Decreto n.º 20/06:**

Aprova o reajustamento dos vencimentos de base dos militares das Forças Armadas Angolanas (FAA). — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente decreto.

**Decreto n.º 21/06:**

Aprova o reajustamento dos vencimentos de base do pessoal de investigação científica. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente decreto.

**Decreto n.º 22/06:**

Aprova as tabelas da estrutura indiciária e salarial para ajustamento dos vencimentos de base dos titulares de cargos de direcção e chefia e dos efectivos do Ministério do Interior. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente decreto.

**Decreto n.º 23/06:**

Aprova o reajustamento dos vencimentos de base dos funcionários públicos das carreiras do regime geral. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente decreto.

**Decreto n.º 24/06:**

Aprova o reajustamento dos vencimentos de base dos funcionários públicos, titulares de cargos de direcção e chefia das instituições públicas de ensino público não superior da carreira docente não universitária. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente decreto.

**Decreto n.º 25/06:**

Aprova o reajustamento dos vencimentos de base dos técnicos do regime especial de carreiras de telecomunicações. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente decreto.

**Decreto n.º 26/06:**

Aprova o reajustamento dos vencimentos de base dos técnicos das carreiras do regime especial do sector da saúde, titulares de cargos de direcção e chefia das unidades hospitalares e do pessoal de apoio hospitalar. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente decreto.

**Decreto n.º 27/06:**

Reajusta a tabela salarial provisória para o pessoal de direcção e chefia e técnico das áreas de fiscalização e controlo do Tribunal de Contas. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente decreto.

**Decreto n.º 28/06:**

Aprova o reajustamento dos vencimentos de base do pessoal da carreira especial do trabalhador social. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente decreto.

**Decreto n.º 29/06:**

Aprova o reajustamento dos vencimentos de base dos funcionários públicos titulares de cargos de direcção e chefia do regime geral. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente decreto.

**Decreto n.º 30/06:**

Actualiza as pensões atribuídas em regime especial aos antigos combatentes, deficientes de guerra e familiares de combatentes tombados ou perecidos. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente diploma, nomeadamente o Decreto n.º 94/05, de 28 de Outubro.

**Decreto n.º 31/06:**

Define os mecanismos de actualização das prestações diferidas de segurança social. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente diploma, nomeadamente o Decreto n.º 96/05, de 28 de Outubro.

**Decreto n.º 32/06:**

Aprova o reajustamento dos vencimentos de base do pessoal da carreira técnica de estatística. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente decreto.

**Decreto n.º 33/06:**

Aprova o reajustamento dos vencimentos de base do pessoal da carreira especial dos oficiais de justiça. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente decreto.

**Decreto n.º 34/06:**

Aprova o ajustamento dos subsídios das autoridades tradicionais. — Revoga o decreto n.º 65/05, de 28 de Outubro.

**Decreto n.º 35/06:**

Aprova o reajustamento dos vencimentos de base dos titulares de cargos de direcção e chefia dos efectivos do Serviço de Inteligência Externa (SIE) e do Serviço de Informações (SINFO). — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente decreto.

**Decreto n.º 36/06:**

Aprova o reajustamento dos vencimentos de base do pessoal de direcção e chefia e da carreira técnica de inspecção afecto aos distintos serviços de Inspecção, Fiscalização e Controlo da Administração do Estado. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente decreto.

---

## CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 15/06  
de 2 de Junho

Convindo reajustar o vencimento do Presidente da República, de acordo com o estabelecido no Programa do Governo.

Nos termos das disposições combinadas da alínea c) do artigo 112.º e do artigo 113.º ambos da Lei Constitucional, o Governo decreta o seguinte:

ARTIGO 1.º  
(Vencimento)

É aprovado o reajustamento do vencimento-base mensal do Presidente da República, de acordo com a tabela anexa, do qual é parte integrante.

Tabela de vencimentos-base dos titulares de cargos políticos

Cargos	Vencimento-base	Despesas de representação	Total
Presidente da República	203 803,90	101 901,95	305 705,85
Primeiro Ministro	152 852,93	68 783,82	221 636,74
Mínistro, Governador Provincial e Secretário do Conselho de Ministros	142 662,73	57 065,09	199 727,82
Vice-Ministro, Vice-Governador e Secretário-Adjunto do Conselho de Ministros	132 472,54	46 365,39	178 837,92

O Primeiro Ministro, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

O Presidente da República, *José EDUARDO DOS SANTOS*.

**ARTIGO 2.º**

(Forma de pagamento)

Para os titulares de cargos políticos, cujos vencimentos são calculados com base no vencimento do Presidente da República, os pagamentos devem ser efectuados por via do sistema bancário.

**ARTIGO 3.º**

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente decreto são resolvidas em Conselho de Ministros.

**ARTIGO 4.º**

(Norma revogatória)

É revogado o Decreto n.º 16/05, de 27 de Maio.

**ARTIGO 5.º**

(Entrada em vigor)

O presente decreto entra em vigor a partir de 1 de Maio de 2006.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 3 de Maio de 2006.

Publique-se.

O Primeiro Ministro, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

Promulgado aos 23 de Maio de 2006.

O Presidente da República, *José EDUARDO DOS SANTOS*.

**Decreto n.º 16/06**  
de 2 de Junho

Considerando que o trabalho de aperfeiçoamento do estatuto remuneratório dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público é ainda objecto de tratamento pelo organismo de tutela;

Convindo reajustar os vencimentos dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público, de acordo com o estabelecido no Programa do Governo.

Nos termos das disposições combinadas da alínea c) do artigo 112.º e do artigo 113.º ambos da Lei Constitucional, o Governo decreta o seguinte:

**Artigo 1.º** — É aprovado o reajustamento dos vencimentos de base dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público, de acordo com a tabela salarial anexa ao presente decreto, do qual é parte integrante.

**Art. 2.º** — O Ministério das Finanças deve criar condições para o pagamento destes vencimentos por via do sistema bancário.

**Art. 3.º** — É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente decreto.

**Art. 4.º** — As dúvidas e omissões que se suscitarem da interpretação e aplicação do presente diploma são resolvidas em Conselho de Ministros.

**Art. 5.º** — Este decreto entra em vigor a partir de 1 de Maio de 2006.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 3 de Maio de 2006.

Publique-se.

O Primeiro Ministro, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

Promulgado aos 23 de Maio de 2006.

O Presidente da República, **JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS**.

**Tabela dos vencimentos-base**

**I — Magistrados Judiciais**

Cargos	Vencimen- to-base
Presidente do Tribunal Supremo . . . . .	183 423,51
Vice-Presidente do Tribunal Supremo . . . . .	173 233,32
Conselheiro . . . . .	163 043,12
Juiz de direito presidente provincial com mais de 10 anos . . . . .	152 852,93
Juiz de direito presidente provincial com mais de 5 anos . . . . .	142 662,73

Cargos	Vencimen- to-base
Juiz de direito presidente provincial com menos de 5 anos . . . . .	122 282,34
Juiz de direito provincial com mais de 10 anos . . . . .	152 852,93
Juiz de direito provincial com mais de 5 anos . . . . .	142 662,73
Juiz de direito provincial com menos de 5 anos . . . . .	122 282,34
Juiz municipal com mais de 10 anos . . . . .	112 092,15
Juiz municipal com mais de 5 anos . . . . .	101 901,95
Juiz municipal com menos de 5 anos . . . . .	91 711,76

**Tabela dos vencimentos de base**

**II — Magistrados do Ministério Público**

Cargos	Vencimen- to-base
Procurador Geral da República . . . . .	183 423,51
Vice-Procurador Geral da República . . . . .	173 233,32
Adjunto-Procurador Geral da República . . . . .	163 043,12
Procurador provincial com mais de 10 anos . . . . .	152 852,93
Procurador provincial com mais de 5 anos . . . . .	142 662,73
Procurador provincial com menos de 5 anos . . . . .	122 282,34
Procurador provincial-adjunto com mais de 10 anos . . . . .	152 852,93
Procurador provincial-adjunto com mais de 5 anos . . . . .	142 662,73
Procurador provincial-adjunto com menos de 5 anos . . . . .	122 282,34
Procurador municipal com mais de 10 anos . . . . .	112 092,15
Procurador municipal com mais de 5 anos . . . . .	101 901,95
Procurador municipal com menos de 5 anos . . . . .	91 711,76

O Primeiro Ministro, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

O Presidente da República, **JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS**.

**Decreto n.º 17/06**  
de 2 de Junho

Convindo reajustar os vencimentos de base dos docentes universitários, de acordo com o estabelecido no Programa do Governo.

Nos termos das disposições combinadas da alínea h) do artigo 110.º e do artigo 113.º ambos da Lei Constitucional, o Governo decreta o seguinte:

**Artigo 1.º** — É aprovado o reajustamento dos vencimentos de base dos docentes universitários, de acordo com a tabela salarial anexa ao presente diploma, do qual é parte integrante.

**Art. 2.º** — O Ministério das Finanças deve criar as condições para o pagamento destes vencimentos por via do sistema bancário.

**Art. 3.º** — É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente decreto.